

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	300.000.000
Preferenciais	0
Total	300.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.175.294	1.006.120
1.01	Ativo Circulante	826.930	719.231
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	97.694	19.309
1.01.02	Aplicações Financeiras	433	515
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	433	515
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	433	515
1.01.03	Contas a Receber	167.653	151.420
1.01.03.01	Clientes	154.917	139.628
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes - Cartoes de créditos	154.917	139.628
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.736	11.792
1.01.03.02.01	Convenios a receber	11.734	8.697
1.01.03.02.02	Comissões a receber	1.002	3.095
1.01.04	Estoques	530.112	523.282
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.968	1.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.968	1.761
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.282	3.144
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.788	19.800
1.01.08.03	Outros	25.788	19.800
1.01.08.03.01	Arrecadação de Recursos de Terceiros	11.616	9.602
1.01.08.03.02	Adiantamento a Terceiros	6.850	5.157
1.01.08.03.03	Outros créditos	7.322	5.041
1.02	Ativo Não Circulante	348.364	286.889
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	141.750	123.359
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.717	1.642
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.717	1.642
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.104	24.755
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.104	24.755
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	117.601	89.952
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	117.601	89.952
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.328	7.010
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	6.281	6.006
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.047	1.004
1.02.03	Imobilizado	190.591	150.757
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	190.591	150.757
1.02.04	Intangível	16.023	12.773
1.02.04.01	Intangíveis	16.023	12.773

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.175.294	1.006.120
2.01	Passivo Circulante	468.311	621.893
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.182	28.304
2.01.01.01	Obrigações Sociais	50.182	28.304
2.01.01.01.01	Salários e Férias a Pagar	50.182	28.304
2.01.02	Fornecedores	273.451	365.146
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	273.451	365.146
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.940	39.577
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.752	13.062
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.464	3.469
2.01.03.01.02	Retenções de PIS e COFINS	82	69
2.01.03.01.03	IRRF	802	1.124
2.01.03.01.04	INSS	7.193	5.916
2.01.03.01.05	FGTS	1.611	1.894
2.01.03.01.06	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	599	590
2.01.03.01.07	Outros	1	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	27.942	26.399
2.01.03.02.01	ICMS	27.942	26.399
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	246	116
2.01.03.03.01	ISS	199	58
2.01.03.03.02	Contribuição Sindical	47	58
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	71.424	155.694
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	69.068	155.499
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	53.864	155.499
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.204	0
2.01.04.02	Debêntures	2.325	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	31	195
2.01.05	Outras Obrigações	33.314	33.172
2.01.05.02	Outros	33.314	33.172
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	220	9.607
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	26.783	17.668
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	6.311	5.897
2.02	Passivo Não Circulante	417.605	136.965
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	413.070	127.680
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	154.558	127.680
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	126.787	127.680
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	27.771	0
2.02.01.02	Debêntures	258.512	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	119
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	119
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	119
2.02.03	Tributos Diferidos	0	4.514
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	4.514
2.02.04	Provisões	4.535	4.652
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.535	4.652

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido	289.378	247.262
2.03.01	Capital Social Realizado	220.000	140.000
2.03.04	Reservas de Lucros	11.192	106.863
2.03.04.01	Reserva Legal	10.633	10.633
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	559	80.559
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	15.671
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	57.831	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	355	399

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	785.158	1.555.802	680.031	1.304.732
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-557.194	-1.111.293	-502.820	-976.378
3.03	Resultado Bruto	227.964	444.509	177.211	328.354
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-166.459	-328.619	-121.917	-231.166
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.926	-29.528	-13.451	-24.831
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151.761	-300.745	-109.357	-208.556
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	536	2.185	891	2.221
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-308	-531	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	61.505	115.890	55.294	97.188
3.06	Resultado Financeiro	-19.746	-42.255	-18.995	-37.815
3.06.01	Receitas Financeiras	6.465	9.086	3.044	4.522
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.211	-51.341	-22.039	-42.337
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.759	73.635	36.299	59.373
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.147	-15.848	-9.395	-12.293
3.08.01	Corrente	-5.675	-10.711	-7.717	-10.591
3.08.02	Diferido	-3.472	-5.137	-1.678	-1.702
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	32.612	57.787	26.904	47.080
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	32.612	57.787	26.904	47.080
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14	0,26	0,18	0,31
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,14	0,26	0,18	0,31

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	32.612	57.787	26.904	47.080
4.03	Resultado Abrangente do Período	32.612	57.787	26.904	47.080

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.283	-34.836
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	110.331	83.452
6.01.01.01	Lucro líquido do período	57.787	47.080
6.01.01.02	Depreciação e amortização	16.843	7.396
6.01.01.03	Capitalização dos juros	-404	-1.217
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos tomados	15.801	12.263
6.01.01.05	Perdas com operações de Swap	-3.041	5.059
6.01.01.06	Variação cambial	4.769	0
6.01.01.07	(Reversão) da provisão para contingências	-117	581
6.01.01.08	Impostos de renda e contribuição social corrente	10.711	10.591
6.01.01.09	Impostos de renda e contribuição social diferido	5.137	1.702
6.01.01.10	Resultado na alienação de imobilizado	0	-3
6.01.01.11	Juros sobre emissão de debêntures	2.786	0
6.01.01.12	Realização do custo de captação da emissão de debêntures	59	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-89.554	-103.261
6.01.02.01	(Aumento) redução em arrecadação de recursos de terceiros	-2.014	3.834
6.01.02.02	(Aumento) em contas a receber de clientes	-16.233	-48.682
6.01.02.03	(Aumento) em adiantamento a terceiros	-1.693	-2.653
6.01.02.04	(Aumento) nos estoques	-6.830	-47.368
6.01.02.05	(Aumento) redução nos impostos a recuperar	-482	8.570
6.01.02.06	(Aumento) em outros créditos	-2.299	-173
6.01.02.07	(Aumento) em despesas antecipadas	-163	-587
6.01.02.08	(Redução) em fornecedores	-91.695	-23.398
6.01.02.09	Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	439	-12.646
6.01.02.10	Aumento (redução) em programa de recuperação fiscal - REFIS	9	-2.399
6.01.02.11	Aumento em salários e férias a pagar	21.878	22.953
6.01.02.12	Aumento (redução) em arrecadação de recursos de terceiros	9.115	-820
6.01.02.13	Aumento em outras contas a pagar	414	108
6.01.03	Outros	-35.060	-15.027
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social	-10.796	0
6.01.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Juros	-24.264	-15.027
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-102.954	-2.600
6.02.01	Empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	-64.494	-54.112
6.02.02	Liquidações de empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	21.175	87.521
6.02.03	Liquidações de empréstimos tomados junto a partes relacionadas	-119	0
6.02.04	Aquisição em outros investimentos	0	-582
6.02.05	Alienação em outros investimentos	7	1
6.02.06	Aquisição de imobilizado	-55.277	-34.563
6.02.07	Alienação de imobilizado	17	7
6.02.08	Aquisição de intangível	-4.263	-874
6.02.09	Alienação de propriedade para investimento	0	2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	195.622	40.316

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.03.01	Empréstimos tomados - Principal	134.598	182.125
6.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Principal	-187.417	-137.982
6.03.03	Pagamento de arrendamento mercantil	-164	-397
6.03.04	Juros sobre capital próprio pagos	-9.387	-3.430
6.03.05	Emissão de debêntures	257.992	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	78.385	2.880
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.309	8.720
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	97.694	11.600

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	140.000	0	106.863	0	399	247.262
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	140.000	0	106.863	0	399	247.262
5.04	Transações de Capital com os Sócios	80.000	0	-95.671	0	0	-15.671
5.04.01	Aumentos de Capital	80.000	0	-80.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.671	0	0	-15.671
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.831	-44	57.787
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.787	0	57.787
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	44	-44	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	220.000	0	11.192	57.831	355	289.378

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	50.000	0	95.803	0	1.116	146.919
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50.000	0	95.803	0	1.116	146.919
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.000	0	-90.000	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	90.000	0	-90.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.752	-672	47.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.080	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	672	-672	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	140.000	0	5.803	47.752	444	193.999

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.557.987	1.337.261
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.555.802	1.335.235
7.01.02	Outras Receitas	2.185	2.026
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.223.110	-935.445
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.111.293	-852.386
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-111.817	-83.059
7.03	Valor Adicionado Bruto	334.877	401.816
7.04	Retenções	-16.843	-7.396
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.843	-7.396
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	318.034	394.420
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.086	3.727
7.06.02	Receitas Financeiras	9.086	3.727
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	327.120	398.147
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	327.120	398.147
7.08.01	Pessoal	154.763	115.565
7.08.01.01	Remuneração Direta	133.612	99.795
7.08.01.02	Benefícios	11.204	8.997
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.947	6.773
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.494	194.520
7.08.02.01	Federais	53.262	37.113
7.08.02.02	Estaduais	527	155.894
7.08.02.03	Municipais	1.705	1.513
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.076	40.982
7.08.03.01	Juros	21.106	19.728
7.08.03.02	Aluguéis	37.970	21.254
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	57.787	47.080
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	57.787	47.080

Comentário do Desempenho

Divulgação de Resultados do Segundo Trimestre de 2012

Fortaleza, 14 agosto de 2012. Empreendimentos Pague Menos S.A., única rede do varejo farmacêutico brasileiro presente em todos os estados do Brasil incluindo o Distrito Federal e que leva saúde a mais de 200 municípios do país, anuncia seus resultados referentes ao 2º trimestre de 2012 (2T12).

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as normas do IFRS e revisadas por nossos auditores independentes (KPMG) de acordo com as práticas contábeis no Brasil. Os demonstrativos são apresentados em reais, as taxas de crescimento na base trimestral e alguns indicadores na base semestral, ambos comparados com o mesmo período de 2011.

Principais Destaques Operacionais e Financeiros

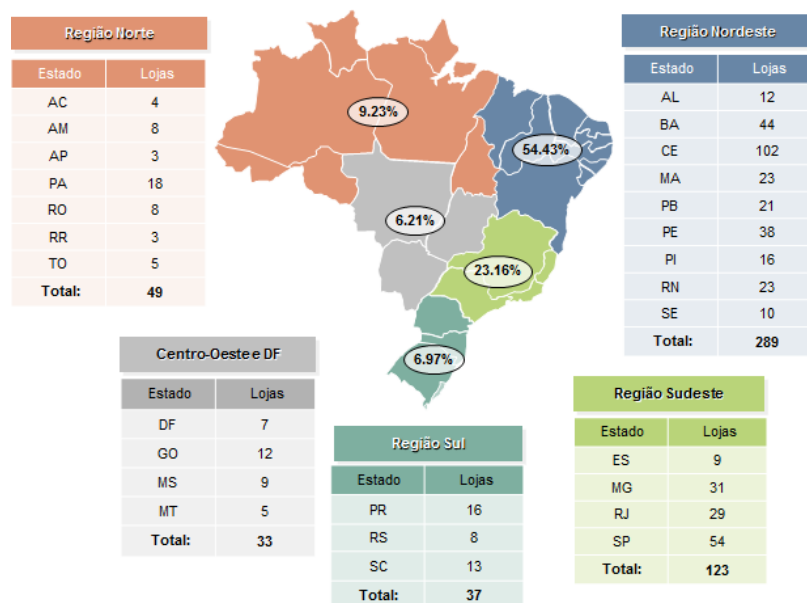
- ✓ **Abertura de lojas:** Foram abertas 21 lojas ao longo do 2T12, totalizando 531 lojas ao final do período.
- ✓ **Receita Bruta:** R\$ 1.610,5 milhões no 1S12, crescimento de 19,68% na base semestral;
- ✓ **Margem Bruta:** 28,04% no 2T12, expansão de 279 bps na base trimestral;
- ✓ **Ebitda:** R\$ 70,2 milhões no 2T12, crescimento de 18,97% na base trimestral e R\$ 132,7 milhões no 1S12, crescimento de 26,92% na base semestral;
- ✓ **Margem Ebitda:** 8,64% no 2T12, expansão de 23 bps no 2T12 frente ao 2T11;
- ✓ **Lucro Líquido:** R\$ 32,6 milhões, o que equivale a 4,01% de margem líquida (% da Receita Bruta), incremento de 18 bps na base trimestral;
- ✓ **Emissão de Debêntures:** Foi concluída em 18 de maio a emissão de R\$ 260 milhões em debêntures, à taxa de CDI +1,19% a.a., com o intuito de reestruturar e alongar o atual perfil da dívida da Companhia, refletindo em melhora substancial na nossa estrutura de capital e, por conseguinte, redução do wacc (custo médio ponderado de capital).

Destaques Financeiros e Operacionais (em R\$ mil)	1S 11	1S12	Variação (y.o.y)
<i>Receita Bruta</i>	R\$ 1.345.756	R\$ 1.610.547	19,68%
<i>Receita Líquida</i>	R\$ 1.304.732	R\$ 1.555.802	19,24%
<i>Lucro bruto</i>	R\$ 328.354	R\$ 444.509	35,38%
<i>Ebitda</i>	R\$ 104.584	R\$ 132.733	26,92%
<i>Lucro Líquido</i>	R\$ 47.080	R\$ 57.787	22,74%
MARGEM BRUTA	24,40%	27,60%	+ 3,20 p.p.
MARGEM EBTIDA	7,77%	8,24%	+ 0,47 p.p.
MARGEM LÍQUIDA	3,50%	3,59%	+ 0,09 p.p.

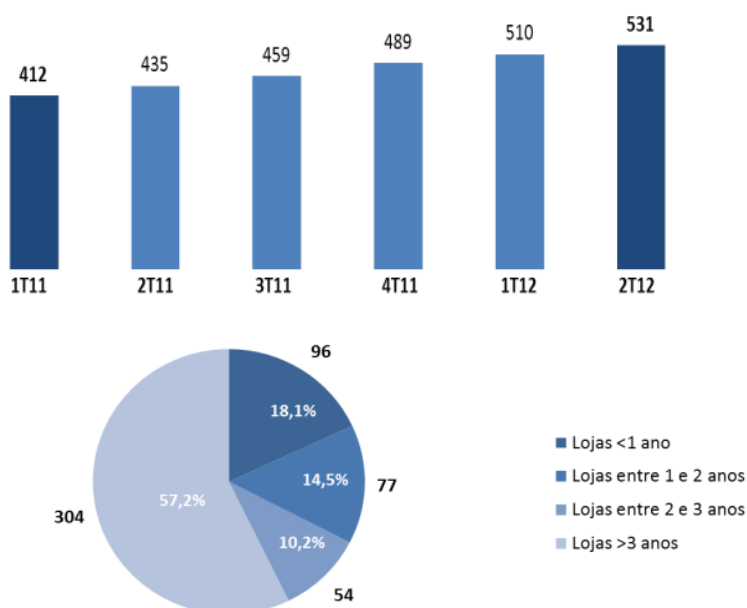
Única Plataforma Nacional

Encerramos o 2T12 com 531 lojas em operação, sendo 21 novas lojas ao longo do trimestre. Com isso, finalizamos o primeiro semestre de 2012 com a adição de 42 novas lojas, destacando a entrada em 16 novos municípios brasileiros. Nos últimos 12 meses foram abertas 96 lojas, sendo 100% crescimento orgânico, mostrando a competência da área de expansão da companhia, que consegue manter um ritmo acelerado de crescimento, sem, contudo penalizar nosso resultado econômico-financeiro e as vendas de mesmas lojas.

Comentário do Desempenho



Em 30 de junho de 2012, possuíamos 42,75% de nossas lojas em estágio de maturação e 57,25% de lojas maduras dentro do nosso perfil etário das lojas. Ao longo do trimestre, 11 lojas foram reformadas e adaptadas ao novo *layout* de expansão de gondolas. Adicionalmente, tínhamos no encerramento do trimestre, 68 lojas em construção.



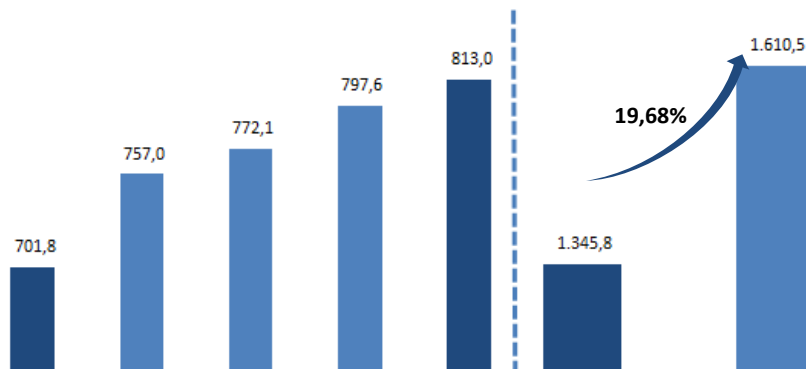
Receita Bruta de Venda

Encerramos o semestre com a Receita Bruta de R\$ 1.610,5 milhões, o que representou um incremento de 19,68% das vendas em relação ao mesmo período de 2011. No 2T12 o crescimento foi de 15,84%, atingindo um faturamento de R\$ 813,0 milhões, o qual foi impactado pela parada programada em nosso Centro de Distribuição para a implantação da nova linha automatizada de separação, da empresa austríaca *Knapp*.

Estimamos que o impacto refletiu em uma “perda” de venda da ordem de R\$ 50 milhões, que desconsiderando este efeito extraordinário, teríamos mantido o nível de crescimento em 22,96% na base trimestral e 23,39% na base semestral. Por conseguinte, o nosso SSS (*vendas de mesmas lojas*) foi impactado negativamente, ainda assim, na base semestral alcançamos 10,9% de crescimento. No entanto, tal investimento foi necessário para manter o nível de serviço das novas lojas, de tal forma a cumprir com eficiência o plano de expansão da companhia.

Comentário do Desempenho

Todo este esforço refletirá em uma operação mais ágil no nosso Centro de Distribuição, uma vez que passamos de 55% de separação automatizada para 90% após a ampliação, com interessantes ganhos de produtividade, melhorando ainda mais nosso nível de serviço.



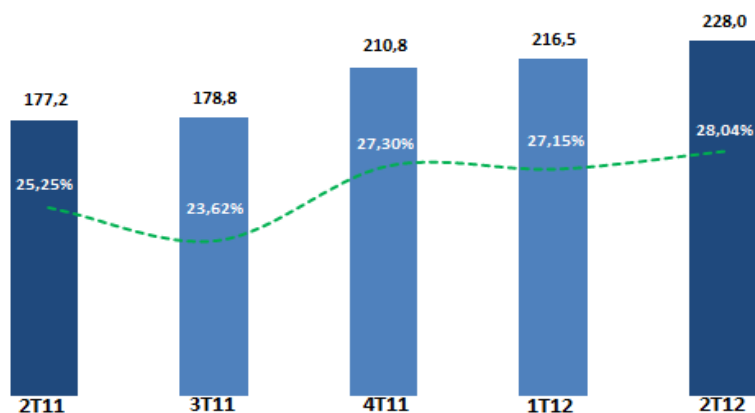
Adicionalmente, foram implantados novos equipamentos e montado um *cluster* de virtualização, para o qual foram convertidos todos os servidores que suportavam a linha automatizada da *Knapp*, oferecendo maior confiabilidade, velocidade de recuperação em caso de falhas e alta disponibilidade.

Ainda neste trimestre, foram iniciadas as obras do novo Centro de Distribuição de Hidrolândia, Goiás, em uma área de 15 ha, às margens da BR-153, distante 18 km da capital Goiânia. Este novo investimento possibilitará a companhia melhorar ainda mais sua logística podendo atender eficientemente as atuais e futuras lojas, promovendo a saudabilidade a milhões de brasileiros em todas as regiões do país.

A parceria nacional e exclusiva no varejo farmacêutico com a rede de Farmácias Pague Menos antecipou a entrada do programa de fidelização DOTZ no Nordeste. Neste segundo trimestre, o programa iniciou nas lojas Pague Menos de Belo Horizonte, Brasília e cidades satélites, na região de Campinas e em Fortaleza. A partir de 6 de agosto, todas as lojas Pague Menos dos 26 estados da federação e Distrito Federal passaram a oferecer o programa de fidelização DOTZ. Este programa será uma alavanca para o crescimento da venda de não medicamentos, uma vez que os clientes Pague Menos acumularão pontos quando da compra dos mesmos e poderão trocá-los por produtos diversos em nossa rede de lojas e junto aos parceiros DOTZ (cinemas, restaurantes, lojas de informática, material de construção, passagens aéreas, comércio eletrônico, dentre outros).

Lucro Bruto e Margem Bruta (% da Receita Bruta)

Nosso lucro bruto totalizou R\$ 228,0 milhões, com aumento de 28,64% frente ao 2T11, com margem bruta de 28,04% incremento de 279 bps frente ao 2T11, tendo sido influenciado pelo crescimento e maturação de nossas lojas, mudança na política de descontos em algumas regiões, à evolução da participação de não medicamentos e genéricos no *mix* de vendas, além de melhores condições comerciais junto aos nossos parceiros.



Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A) e % da Receita Bruta

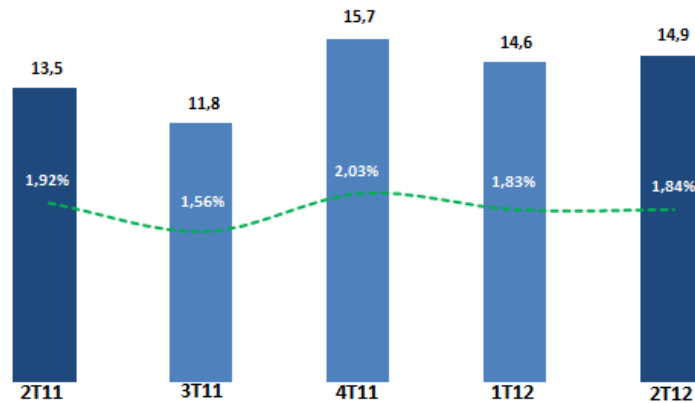
No 2T12, nosso SG&A se manteve *flat* em relação ao 1T12, com 20,54% sobre a Receita Bruta. No entanto, estamos trabalhando na gestão de despesas internamente junto aos 12 gestores de pacotes (Frete, Infraestrutura, Imóveis, Segurança, Manutenção Predial,

Comentário do Desempenho

Terceiros, Materiais, Correios, Viagens, Informática, Veículos e *Delivery*) e mensalmente temos realizados rituais de gestão junto aos principais líderes da companhia buscando a melhoria contínua e novas ideias. Paralelamente, a Diretoria de Operações iniciou no 2T12 um projeto de produtividade, buscando melhorar a eficiência nas lojas e adequar o quadro de funcionários em nossas unidades.

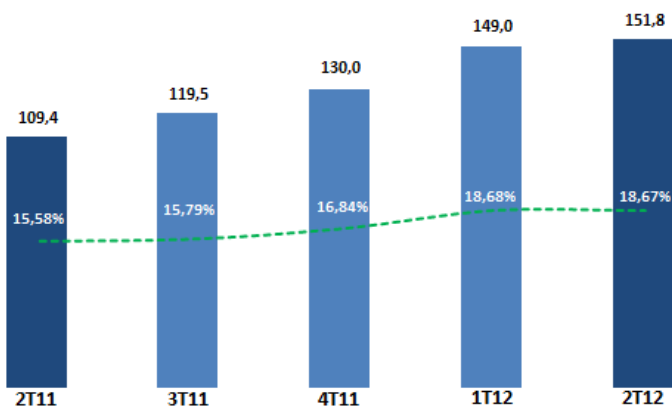
Despesas com vendas

Percentualmente nossas despesas com vendas mantiveram-se estáveis frente ao 1T12, uma vez que a companhia classifica as despesas de loja (pessoal, aluguel, água, luz, telefone, dentre outras) como despesas gerais e administrativas e as despesas com frete são alocadas no CMV.



Despesas Gerais e administrativas

Por outro lado, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 151,8 milhões, um incremento de 38,77% se comparado com as despesas do 2T11, o que corresponde a 18,67% sobre a Receita Bruta. O principal motivo de tal incremento foi a abertura das 96 novas lojas ao longo dos últimos doze meses, bem como as 68 lojas que se encontram em processo de abertura, pois tais despesas pesam frente a um faturamento ainda reduzido em decorrência do processo de maturação. Adicionalmente, esta conta foi influenciada pela elevação de despesas de aluguel, dado ao processo de desmobilização em junho de 2011, onde passamos a pagar aluguel das lojas que anteriormente eram ativos da companhia.

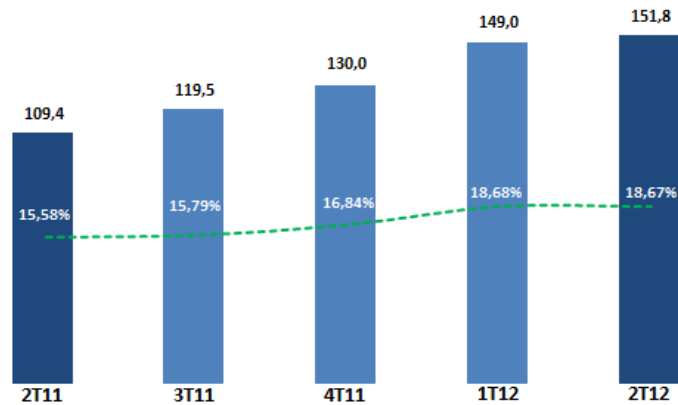


EBITDA e Margem EBITDA (% da Receita Bruta)

Atingimos no trimestre um EBITDA de R\$ 70,2 milhões ou 18,97%, superior ao EBITDA registrado no ano anterior. No acumulado do semestre o crescimento foi de 26,92% atingindo um EBITDA de R\$ 132,7 milhões frente aos R\$ 104,6 milhões do ano anterior.

Apesar da elevação das despesas gerais e administrativas, conseguimos melhorar a margem EBITDA, em 23 bps na base trimestral, de 8,41% no 2T11 para 8,64% no 2T12, influenciado pelo ganho de margem bruta (279 bps), mantendo assim o nosso EBITDA próximo a 9%.

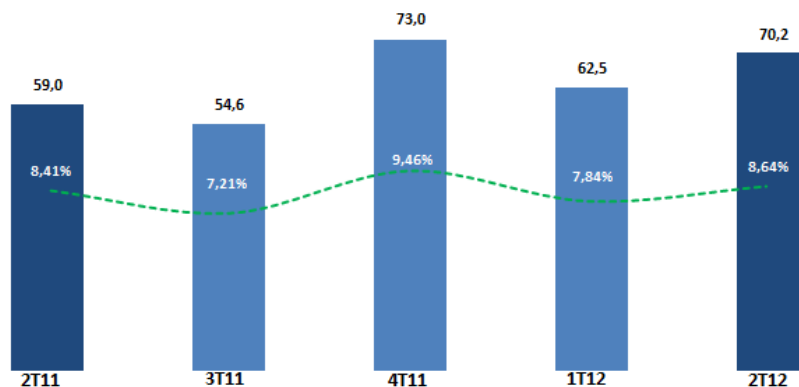
Comentário do Desempenho



EBITDA e Margem EBITDA (% da Receita Bruta)

Atingimos no trimestre um EBITDA de R\$ 70,2 milhões ou 18,97% superior ao EBITDA registrado no ano anterior. No acumulado do semestre o crescimento foi de 26,92% atingindo um EBITDA de R\$ 132,7 milhões frente aos R\$ 104,6 milhões do ano anterior.

Apesar da elevação das despesas gerais e administrativas, conseguimos melhorar a margem EBITDA, em 23 *bps* na base trimestral, de 8,41% no 2T11 para 8,64% no 2T12, influenciado pelo ganho de margem bruta (279 *bps*), mantendo assim o nosso EBITDA próximo a 9%.



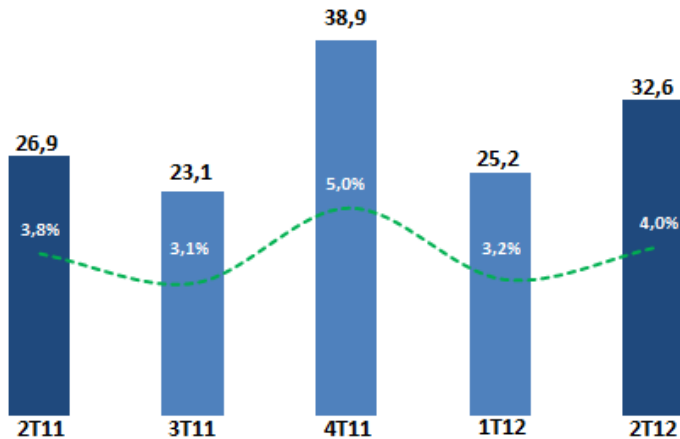
Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo atingiu R\$ 19,7 milhões, montante superior em 3,95% ao resultado financeiro do 2T11. O aumento das despesas financeiras deveu-se à elevação do endividamento da companhia para fazer frente ao plano de expansão, aliada ao efeito contábil e não caixa das operações de swap da companhia, mas em parte foi neutralizado pelo incremento das receitas financeiras provenientes da aplicação de parte dos recursos oriundos da emissão de debêntures.

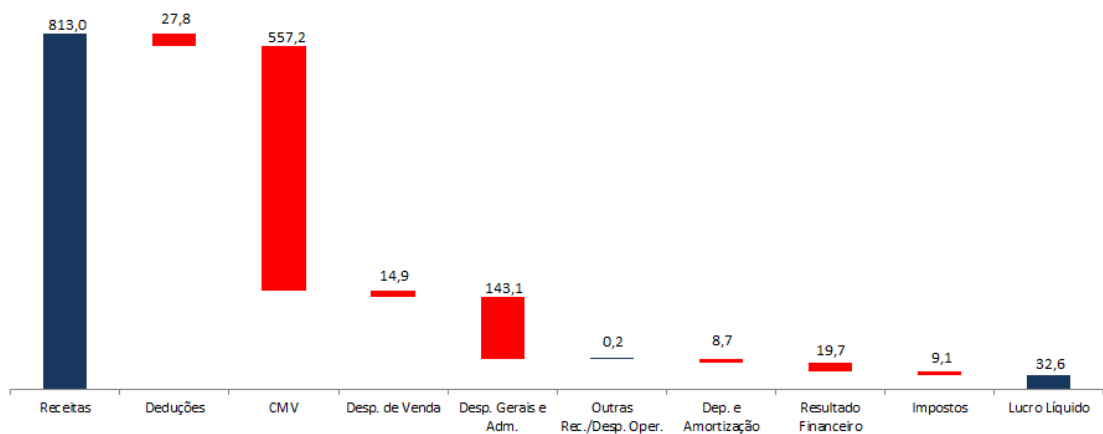
Lucro Líquido e Margem Líquida (% da Receita Bruta)

Atingimos um lucro líquido de R\$ 32,6 milhões, uma elevação de 21,22% em relação ao mesmo período de 2011 e com uma margem líquida de 4,01%, incremento de 18 *bps* frente ao 2T11. No acumulado do semestre registramos um lucro líquido de R\$ 57,79 milhões ou 22,74% acima do lucro do 1S11.

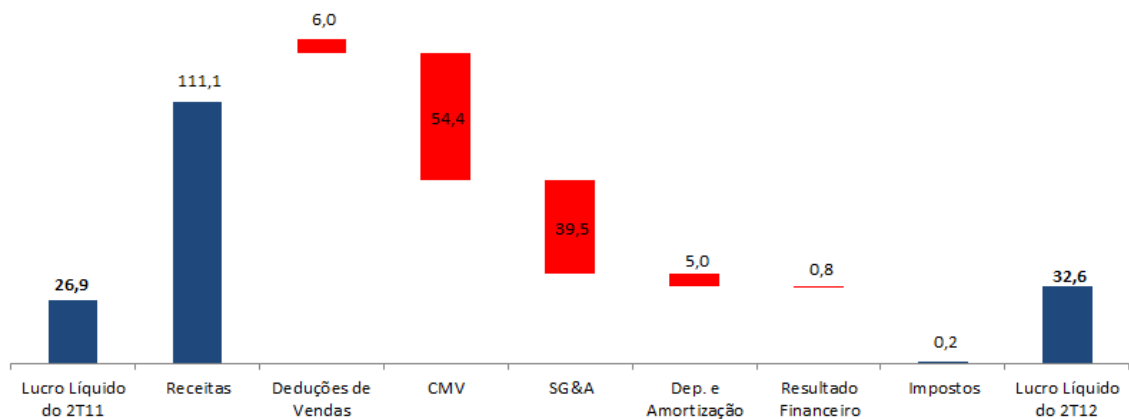
Comentário do Desempenho



Waterfall do Lucro Líquido do 2T12



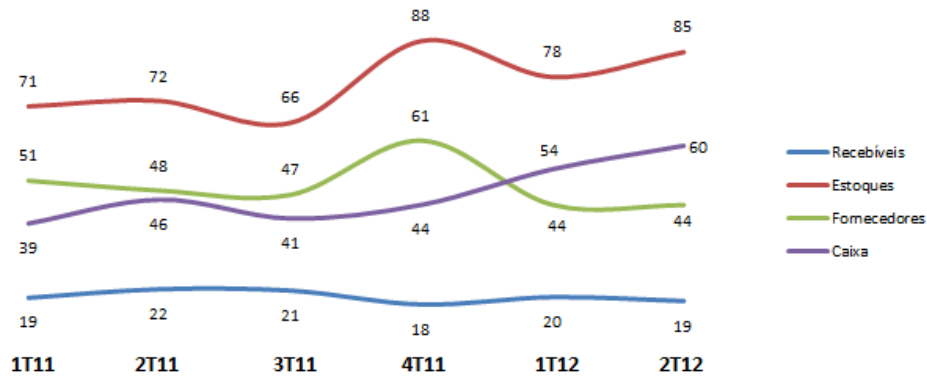
Bridge do Lucro Líquido 2T11 vs 2T12



Ciclo de Caixa

Frente ao 2T11, registramos incremento de 14 dias em nosso ciclo de caixa neste trimestre. O desempenho resulta da abertura de 21 novas lojas e do reflexo das paradas programadas do Centro de Distribuição, que com o *delay* no abastecimento para nossas lojas acarretou na elevação dos níveis de estoques do 1T12. Paralelamente, o prazo de fornecedores foi reduzido, uma vez que, com a manutenção dos estoques no Centro Distribuição a companhia reduziu pontualmente suas compras até a regularização do mesmo. Acreditamos que com a volta da normalidade e melhora da eficiência da operação do nosso Centro de Distribuição, deveremos voltar a patamares de dias de caixa de períodos anteriores.

Comentário do Desempenho



Mercado de Capitais

A economia mundial persistiu em desaceleração, durante o 1S12, diante das incertezas que cercam a sustentabilidade do endividamento de algumas nações europeias e da própria moeda comum europeia: o Euro. Em todos os continentes os reflexos foram sentidos. Nem mesmo a China está passando imune, e já é esperado o menor crescimento dos últimos dez anos em 2012. Aqui, internamente, a cada semana a previsão para o PIB tem diminuído segundo publicação da pesquisa Focus pelo Banco Central do Brasil. De fato, a economia brasileira não tem reagido aos estímulos monetários que o Banco Central iniciou em meados de 2011, quando anteviu a gravidade do problema europeu. Por todo este cenário adverso de mercado, que levou à realização de apenas dois *IPO* ao longo do ano a Companhia, os Acionistas Vendedores e as instituições intermediárias da Oferta entenderam ser oportuno o adiamento do seu lançamento, uma vez que as expectativas para o próximo semestre são de melhoras, com a possível reabertura do mercado para novos entrantes, com níveis de volatilidade mais aceitáveis (*VIX*), bem como a volta do fluxo de capital estrangeiro para o Brasil, tão logo a situação europeia seja equacionada. Nesse sentido, a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder manterão o mercado devidamente informado sobre o cronograma futuro da Oferta.

No entanto, a postergação não muda em nada o nosso plano de expansão, uma vez que a companhia apresenta uma saudável geração de caixa, e aproveitando uma janela do mercado de dívida, concluiu em 18 de maio a emissão de R\$ 260 milhões em debêntures, a taxa de CDI + 1,19% a.a. O intuito desta emissão foi reestruturar e alongar o atual perfil da dívida da companhia, refletindo em uma melhora substancial na nossa estrutura de capital, por conseguinte uma redução do custo médio ponderado de capital (*wacc*) e a criação de valor para os acionistas, além de capital de giro para fazer frente às necessidades de caixa da companhia, em especial as novas lojas.

Audidores Independentes

A KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria ou diretamente relacionados à auditoria nos exercícios apresentados.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da Pague Menos, bem como às expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

Os diretores de Empreendimentos Pague Menos S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2012 e período comparativo.

Fortaleza, 10 de agosto de 2012.

A Administração.

Notas Explicativas

*Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012 (não auditado) e exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 21 de outubro de 2011.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e por normas da CVM, estão convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2012.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as informações contábeis intermediárias do correspondente período anterior e com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 publicadas em 30 de março de 2012.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 17 - Contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil.
- Nota 17 - Classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Utilização de prejuízos fiscais.
- Nota 19 - Provisões e contingências.
- Nota 26 - Mensuração de instrumentos financeiros.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do período, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no período da atividade de correspondente bancário, em média nos dois últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

c. **Contas a receber de clientes e outros créditos**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

d. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. **Imobilizado**

i. **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha consequente aumento na despesa de depreciação nos períodos futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. **Reclassificação para propriedade para investimento**

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento.

iii. **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do período em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa 12, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do período financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias ponderadas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estimadas são as seguintes:

	Taxa média
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronave	6,66%

f. Ativos intangíveis

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

i. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

ii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos.
- Desenvolvimento de *websites*: 10 anos.

g. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiros.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como Imobilizado e Intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). A Companhia considera cada loja individual como unidade geradora de caixa.

i. Provisões

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Benefícios a empregados

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Receita operacional

i. Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

ii. Comissão sobre serviços de correspondente bancário

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

iii. Receita de aluguel

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

l. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

iv. Impostos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

v. Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos.

o. Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas.

p. Segmentos de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

q. Informações intermediárias do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r. Determinação do ajuste a valor presente

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- **Contas a pagar a fornecedores**

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

- s. **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o semestre encerrado em 30 de junho de 2012, sendo essas:

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012 e não foram aplicados na preparação destas informações contábeis intermediárias. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, exceto pelo IFRS 9 - *Financial Instruments*, que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia, e pelas IFRS 10 e IFRS 11. A Companhia não espera adotar tais standards antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRS acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	16.882	18.453
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>80.812</u>	<u>856</u>
	<u>97.694</u>	<u>19.309</u>

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão destinadas à negociação imediata nas operações da Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreados a CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras decorrente da emissão de Debêntures descrita na nota explicativa 16, representa R\$ 80.680 em 30 de junho de 2012. O resgate antecipado dessas aplicações não ocasiona perdas financeiras para a Companhia.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

5 Arrecadação de recursos de terceiros

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias.

Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 11.616 e R\$ 9.602 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário.

Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 26.783 em 30 de junho de 2012 e R\$ 17.668, sendo R\$ 17.301 junto a terceiros e R\$ 367 junto a partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2011.

6 Outros investimentos

	2012	2011
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>2.150</u>	<u>2.157</u>
Circulante	<u>433</u>	<u>515</u>
Não circulante	<u>1.717</u>	<u>1.642</u>

Aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos para negociação, no ativo circulante.

Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento, no valor de R\$ 1.717, estão atrelados a uma obrigação de um financiamento, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a ser encerrado em 2 de abril de 2015.

7 Contas a receber de clientes

Composição da conta

	2012	2011
Cartões de crédito a receber	154.917	139.732
Convênios a receber	11.734	8.697
Comissões a receber	1.002	3.095
Perdas por redução no valor recuperável	<u>-</u>	<u>(104)</u>
	<u>167.653</u>	<u>151.420</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 26.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia e os detalhes encontram-se divulgados nas Notas Explicativas 15 e 16.

Ajustes a valor presente (AVP)

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, com base nesses estudos, a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP, considerando que o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 18 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

Perdas por redução no valor recuperável (impairment)

A Companhia não tem histórico de perdas com seus recebíveis de clientes, razão pela qual nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa vinha sendo reconhecida. No entanto, foi necessário realizar uma provisão de R\$ 104 no exercício de 2011, em decorrência do decreto presidencial do Banco Central da interdição em 15 de setembro de 2011 da Oboé Tecnologia e Serviços Financeiros S.A. (Oboé Card). Mesmo com este efeito considerado extraordinário, a Administração entende que não há risco de crédito em sua carteira de cliente, uma vez que nas transações com administradoras de cartão, o risco de crédito é transferido.

8 Estoques

Composição da conta	2012	2011
Mercadorias de revenda nas lojas	305.987	224.216
Mercadorias de revenda no centro de distribuição	223.432	298.572
Materiais para uso e consumo	<u>693</u>	<u>494</u>
	<u>530.112</u>	<u>523.282</u>

Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no ano, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa média de 9,18% a.a. e 12,03% a.a. na data de cada operação (ver explicação na Nota Explicativa 14). O efeito do AVP foi de R\$ 9.379 em 30 de junho de 2012 (R\$ 10.147 em 31 de dezembro de 2011), apresentado líquido no saldo de estoque.

Provisão para obsolescência de estoque (impairment)

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existirem perdas. O estoque da Companhia é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Companhia, portanto, possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	1.012	-	545	-
IRPJ (b)	123	-	118	-
CSLL (c)	286	-	273	-
COFINS (c)	390	4.496	677	4.297
PIS (c)	85	803	148	767
Outros	<u>72</u>	<u>982</u>	<u>-</u>	<u>942</u>
	<u>1.968</u>	<u>6.281</u>	<u>1.761</u>	<u>6.006</u>

(a) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Pague Menos, localizada no Estado do Ceará.

- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o período pela Companhia.

Origem dos créditos fiscais diferidos	2012	2011
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social (b)	15.067	18.914
Diferenças temporárias (c)	1.542	1.617
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	<u>(1.504)</u>	<u>(290)</u>
Total	<u>15.105</u>	<u>20.241</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo	21.546	24.755
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo	<u>(6.441)</u>	<u>(4.514)</u>
Efeito líquido	<u>15.105</u>	<u>20.241</u>

a. Conciliação das despesas e receitas de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	2012	2011
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	73.635	59.373
Alíquota fiscal combinada [D]	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>25.036</u>	<u>20.187</u>
Adições permanentes: [B]	<u>1.818</u>	<u>4.709</u>
Multas não dedutíveis	39	59
Resultado na venda de imóveis(reavaliação)	-	4.459
Outras adições permanentes	1.779	191
Exclusões permanentes: [C]	<u>28.841</u>	<u>27.928</u>
ICMS sobre operações interestaduais	28.832	25.624
Outras exclusões permanentes	9	2.304
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do período após adições/exclusões [A] + [B] – [C] X [D] = [E]	<u>15848</u>	<u>12.293</u>
Alíquota efetiva [E]/[A]	<u>21,52%</u>	<u>21%</u>

b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de contribuição social (CSLL) a compensar

As variações verificadas no semestre findo em 30 de junho de 2012 e exercício findo 31 de dezembro de 2011 foram decorrentes da utilização dos créditos de base negativa de contribuição social.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

A movimentação dos saldos existentes de 31 de dezembro de 2011 a 30 de junho de 2012 pode assim ser demonstrada:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>23.733</u>	<u>2.540</u>	<u>26.273</u>
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(5.819)	(2.095)	(7.914)
Reversão de tributos diferidos proveniente dos ajustes de CPC	<u>408</u>	<u>147</u>	<u>555</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>18.322</u>	<u>592</u>	<u>18.914</u>
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(3.255)	(592)	(3.847)
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>15.067</u>	=	<u>15.067</u>

c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC

	Saldo em 01/01/11	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/11	Reconhecidos no resultado	Saldo em 30/06/12
Custo atribuído	(575)	369	(206)	24	(182)
Capitalização dos juros	(644)	(37)	(681)	(63)	(744)
Ajuste a valor de mercado	-	748	748	(1.035)	(287)
Custos com IPO	-	(725)	(725)	(156)	(881)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	35	35	(35)	-
Outras provisões	<u>1.757</u>	<u>399</u>	<u>2.156</u>	<u>(24)</u>	<u>2.132</u>
Total	<u>538</u>	<u>789</u>	<u>1.327</u>	<u>(1.289)</u>	<u>38</u>

d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos

	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
	2012	2011	2012	2011
Custo atribuído	-	-	(182)	(206)
Capitalização dos juros	-	-	(744)	(681)
Provisão para contingências	2.143	2.143	(601)	(562)
Ajuste a valor presente	590	575	-	-
Ajuste a valor de mercado	3.746	3.088	(4.033)	(2.340)
Custos com IPO	-	-	(881)	(725)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	=	<u>35</u>	=	=
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social a compensar	<u>15.067</u>	<u>18.914</u>	=	=
Total	<u>21.546</u>	<u>24.755</u>	<u>(6.441)</u>	<u>(4.514)</u>

e. Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	R\$
2012	7.344
2013	7.723
	<u>15.067</u>

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

Partes relacionadas	Natureza da operação	2012		2011	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adiantamento a terceiros					
Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. (a)	Compra de medicamentos	272	-	261	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (f)	Serviços gráficos	<u>178</u>	<u>6</u>	<u>172</u>	<u>-</u>
		450		433	-
Outros créditos					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (g)	Serviços de corretagem	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>-</u>
Adiantamentos					
Renda Participações S.A. (b)	Adiantamentos	8.638	-	5.572	-
Dupar Participações S.A. (c)	Adiantamentos	106.532	-	80.307	-
Francisco Deusmar de Queirós (k)	Adiantamentos	-	-	4.073	-
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda (j)	Adiantamentos	2.431	-	-	-
Mario Henrique Alves de Queirós (l)	Adiantamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>119</u>
		117.601	-	89.952	119
Fornecedores					
Midigraf Serviços Digitais Ltda. (d)	Prestação de serviços gráficos	-	2	-	-
Praxis Consultoria Ltda. (f)	Consultoria em informática	-	-	-	-
PH Segurança Ltda. (h)	Serviços de segurança	-	2	-	-
Ponte & Caminha Consultoria (i)	Consultoria empresarial	-	-	-	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (m)	Adiantamentos	-	12	-	-
Arrecadação de recursos de terceiros					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (j)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	<u>426</u>	<u>-</u>	<u>367</u>
Outras contas a pagar					
Renda Participações S.A. (b)	Aluguéis	-	278	-	302
Dupar Participações S.A. (c)	Aluguéis	-	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>1.481</u>
			278	-	1.783
Juros sobre capital próprio					
Acionistas	JSCP	-	<u>220</u>	<u>-</u>	<u>9.607</u>
Total		<u>118.100</u>	<u>946</u>	<u>90.425</u>	<u>11.876</u>
Circulante		499	946	473	11.757
Não circulante		117.601	-	89.952	119

- (a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral.

Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2012 não houve novas compras de medicamentos junto a essa parte relacionada. Os saldos apresentados são, basicamente, decorrentes de compras, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

- (b) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Pague Menos (locatária) e sua parte relacionada. Em 30 de junho de 2012, existem 10 imóveis em locação impactando o resultado em R\$ 1.546 durante o primeiro semestre de 2012 (R\$ 1.524 durante o primeiro semestre de 2011). O saldo de aluguéis a pagar em 30 de junho de 2012 é de R\$ 278 (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2011).

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A, e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa 17.

Esta parte relacionada ainda é garantidora da Pague Menos em um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 15.

- (c) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis, a Companhia vendeu os 45 imóveis de não uso e 130 imóveis de uso na atividade operacional, para a sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., resultando no saldo a receber de R\$ 49.584 com vencimento previsto para 15 de novembro de 2011.

Em 30 de junho de 2012 existem 195 imóveis (31 de dezembro de 2011 existiam 152 imóveis) de propriedade da Dupar e alugados pela Pague Menos (locatária). O valor fixo mínimo dos aluguéis dos imóveis é de R\$ 5 atualizado pelo IGP-M com a variável de 2% do faturamento da respectiva loja. O impacto no resultado de 2012 foi de R\$ 9.435 (não houve impacto no primeiro semestre de 2011). Não há saldo de aluguéis a pagar em 30 de junho de 2012 o valor foi compensado com o saldo remanescente a receber desta parte relacionada (R\$ 1.481 em 31 de dezembro de 2011).

No decorrer do primeiro semestre de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 26.225 (R\$ 31.861 no primeiro semestre de 2011) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Pague Menos. O saldo com esta parte relacionada poderá ser liquidado através das operações de aluguéis acima comentadas por compensação.

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa 17.

As operações de adiantamentos junto à Dupar Participações S.A. serão liquidadas através de encontro de contas com despesas de aluguel; de forma similar, despesas de natureza diversas podem ser utilizadas para liquidação do saldo.

Esta parte relacionada ainda é garantidora da Pague Menos em um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 15 e fiadora no contrato junto ao Banco Santander Bancário nº. R-640884223 e no contrato junto ao Banco Itaú Bancário nº. 100111020016500.

- (d) Midigraf Serviços Digitais Ltda. – Atua principalmente na execução de serviços gráficos digitais, comércio varejista de produtos de papelaria e artigos de escritório.

Em 30 de junho de 2012, o saldo transacionado com esta parte relacionada no resultado totalizou R\$ 4 no primeiro semestre de 2012 (R\$ 90 no primeiro semestre de 2011).

- (e) Gráfica Boa Letra Ltda. – Esta parte relacionada tem como objetivo a impressão de livros, revistas, material de publicidade, material de escritório e outros periódicos em geral sob encomenda.

No decorrer do primeiro semestre de 2012 foi transacionado o montante de R\$ 178 (no primeiro semestre de 2011, R\$ 24).

- (f) Praxis Consultoria Ltda. – Empresa que atua no ramo de gestão e consultoria em informática.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Não há transações em 2012.

- (g) Pax Corretora de Valores e Cambio Ltda. – Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 9.019 (R\$ 32 no primeiro semestre de 2011), remanescendo um saldo de R\$ 40. Em 2012 foi transacionado o montante de R\$ 9.

- (h) PH Segurança Ltda. – Empresa que atua no mercado de prestação de serviços de segurança pessoal, patrimonial e empresarial.

No decorrer do primeiro semestre de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 2. Não há saldo remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2011.

- (i) Ponte & Caminha Consultoria Ltda. – Atua principalmente na área de treinamentos, locação de sistemas, consultoria empresarial, prestação de Serviços de Assistência Técnica; Representações Comerciais e Industriais; Participações em outras Empresas.

Em 2011, foi transacionado o montante de R\$ 180. Não há saldo remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2011. Em 2012 não houve transação.

- (j) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. – Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

No primeiro trimestre 2011, foi transacionado o montante de R\$ 37. Em 2012 foi transacionado o montante de R\$ 426 no passivo. E no ativo foi transacionado o montante de R\$ 2.431.

- (k) Francisco Deusmar de Queirós – Principal acionista da Empreendimentos Pague Menos S.A. com 70% de controle do capital societário.

No exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 4.072 (R\$ 1.841 no primeiro semestre de 2011) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Pague Menos. Em 2012 foi transacionado o montante de R\$ 5.123. O saldo com esta parte relacionada foi encerrado em 30 de junho de 2012.

- (l) Mario Henrique Alves de Queirós – Acionista da Empreendimentos Pague Menos S.A. com 4% de controle do capital societário.

No exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 119 (não houveram transações no primeiro trimestre de 2011) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Pague Menos. O saldo com esta parte relacionada foi encerrado em 30 de junho de 2012.

- (m) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Em 2012 foi transacionado o montante de R\$ 12 entre a ePharma e a Pague Menos.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

As operações de adiantamentos entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações (juros e atualização monetária) e não possuem prazos de vencimentos. Nenhum dos saldos possui garantia. A Administração entende que os valores transacionados com suas partes relacionadas não seriam diferentes se transacionados com terceiros.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no período:

- Giss do Brasil S.A.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Edson de Arruda Câmara Junior ME.;

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 527, no período findo em 30 de junho de 2012 (R\$ 143 em 30 de junho de 2011) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo.

A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (previdência privada) e remuneração baseada em ações.

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas das pessoas físicas dos acionistas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas Informações contábeis intermediárias. As partes relacionadas são fiadoras dos contratos, porém não recebem qualquer remuneração por tal prestação. Abaixo relacionados:

Parte relacionada	Banco	Contrato	Saldo existente	Duração
		Cédula de Crédito Bancário nº		
Francisco Deusmar de Queirós	Itaú	100111020016500	R\$ 13.552	05/03/2014
Francisco Deusmar de Queirós	Itaú	100108100012300	R\$ 20.658	04/10/2013
Francisco Deusmar de Queirós	Banco do Brasil	Debênture	R\$ 260.837	18/05/2016

O valor de R\$ 15.671 que se refere ao pagamento de Dividendos adicionais propostos provisionados nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa haja visto que este valor foi compensando com saldo a receber de partes relacionadas.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

12 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Importações em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo													
Saldos em 01 de janeiro de 2011	23.377	37.664	16.682	38.111	9.390	14.873	7.317	3.732	-	19.616	11.180	-	181.942
Adições	-	3.466	31.304	25.421	3.418	3.145	4.050	337	218	3.885	1.697	5.622	82.563
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	1.709	91	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800
Transferências	21.364	(41.130)	(40.409)	53.100	-	-	-	-	12.877	-	(12.877)	-	(7.075)
Baixas	(44.741)	-	-	-	-	-	-	(370)	-	-	-	-	(45.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	9.286	116.723	12.808	18.018	11.367	3.699	13.095	23.501	-	5.622	214.119
Adições	-	-	9.942	13.662	1.467	7.460	1.420	382	-	4.443	-	16.500	55.277
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	404	-	-	-	-	-	-	-	-	404
Transferências	-	-	7.636	7.612	-	655	-	-	-	(631)	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(158)	-	-	-	-	(158)
Saldos em 30 de junho de 2012	-	-	11.592	138.401	14.275	26.133	12.787	3.923	13.095	27.313	-	22.122	269.641
Depreciação													
Saldos em 01 de janeiro de 2011	-	(6.627)	-	(21.768)	(4.577)	(3.832)	(1.798)	(2.191)	-	(9.822)	-	-	(50.615)
Depreciação no período	-	(627)	-	(11.478)	(913)	(1.605)	(920)	(598)	(724)	(3.234)	-	-	(20.099)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(13)	-	(68)	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(20)	-	(187)	-	-	-	-	-	-	-	-	(207)
Transferências	-	7.075	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.075
Estornos	-	212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	212
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	353	-	-	-	-	353
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	(33.501)	(5.490)	(5.437)	(2.718)	(2.436)	(724)	(13.056)	-	-	(63.362)
Depreciação no período	-	-	-	(11.012)	(546)	(991)	(584)	(219)	(437)	(1.756)	-	-	(15.544)
Custo atribuído (CPC 27)	-	-	-	(218)	-	-	-	-	-	-	-	-	(218)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	(68)	-	-	-	-	-	-	-	-	(68)
Transferências	-	-	-	5	-	(131)	-	-	-	126	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	142	-	-	-	-	142
Saldos em 30 de junho de 2012	-	-	-	(44.794)	(6.036)	(6.559)	(3.302)	(2.513)	(1.161)	(14.686)	-	-	(79.051)
Valor contábil													
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	9.286	83.222	7.318	12.581	8.649	1.263	12.371	10.445	-	5.622	150.757
Em 30 de junho de 2012	-	-	11.592	93.607	8.239	19.574	9.485	1.410	11.934	12.627	-	22.122	190.590

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

As adições no imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros para expansão das atividades com a construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática.

Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis entre a Pague Menos e sua parte relacionada, Dugar Participações S.A., foram vendidos, pelo valor contábil, os 130 imóveis de uso na atividade operacional, os quais totalizavam R\$ 44.741. Estes imóveis vendidos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, não contemplam os 45 imóveis igualmente vendidos à Dugar Participações S.A. e, anteriormente, registrados como Propriedades para investimentos. Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

Os bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, somam R\$ 39.609 até 30 de junho de 2012. O saldo é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada acima.

a. Custo atribuído

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e do ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído, a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas, datado de 31 de dezembro de 2010, foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. No semestre findo em 30 de junho de 2012, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 218 (R\$ 32 em 30 de junho de 2011). O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

b. Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 55 lojas e 1 centro de distribuição em 30 de junho de 2012 (36 lojas em 31 de dezembro de 2011). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizavam R\$ 11.592 em 30 de junho de 2012 (R\$ 9.286 em 31 de dezembro de 2011). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 404 no primeiro semestre de 2012 (R\$ 1.217 em 2011). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 9,18% a 12,03% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

c. Provisão para redução no valor recuperável (impairment)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativo.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

13 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Total
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (Key money)	Softwares	Desenvolvimento de websites	
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2011	4.181	1.452	1.538	-	7.171
Adições	<u>14</u>	<u>4.100</u>	<u>3.010</u>	<u>36</u>	<u>7.160</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>4.195</u>	<u>5.552</u>	<u>4.548</u>	<u>36</u>	<u>14.331</u>
Adições	<u>-</u>	<u>2.820</u>	<u>1.368</u>	<u>75</u>	<u>4.262</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>4.195</u>	<u>8.372</u>	<u>5.916</u>	<u>111</u>	<u>18.593</u>
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(254)	(364)	-	(618)
Amortização	<u>-</u>	<u>(456)</u>	<u>(484)</u>	<u>-</u>	<u>(940)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>(710)</u>	<u>(848)</u>	<u>-</u>	<u>(1.558)</u>
Amortização	<u>-</u>	<u>(457)</u>	<u>(556)</u>	<u>-</u>	<u>(1.013)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>-</u>	<u>(1.167)</u>	<u>(1.404)</u>	<u>-</u>	<u>(2.571)</u>
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.195</u>	<u>4.842</u>	<u>3.700</u>	<u>36</u>	<u>12.773</u>
Em 30 de junho de 2012	<u>4.195</u>	<u>7.205</u>	<u>4.512</u>	<u>111</u>	<u>16.023</u>

(*) A amortização do fundo de comércio (Key money) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos).

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

Fundo de comércio (Key money)

Fundo de comércio (Key money) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Desenvolvimento de websites

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 20% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado.
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

14 Fornecedores

a. Composição da conta

	2012	2011
Fornecedores	406.091	422.101
(-) Crédito por devoluções	<u>(132.640)</u>	<u>(56.955)</u>
	<u>273.451</u>	<u>365.146</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 7.049 em 30 de junho de 2012 (R\$ 9.552 em 31 de dezembro de 2011), apresentado líquido no saldo de fornecedores.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente a 9,18% a.a. (12,03% a.a. em 31 de dezembro de 2011), considerando um prazo médio de pagamento de 50 a 100 dias, sendo este critério uniforme para o período de 2012 e exercício de 2011.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada.

A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (WACC – *Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia na data-base de 30 de junho de 2012, que, por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia *CAPM - Capital Asset Pricing Model* a qual considera a taxa livre de risco.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	2012	2011
A vencer		
1 a 30 dias	214.338	179.919
31 a 60 dias	102.340	109.491
61 a 90 dias	19.451	38.230
Acima de 91 dias	<u>70.191</u>	<u>24.367</u>
Subtotal	406.320	352.007
Títulos contra-apresentação	<u>6.820</u>	<u>79.646</u>
Total	<u>413.140</u>	<u>431.653</u>

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	2012		2011	
Fornecedores				
Maior fornecedor	48.016	11%	20.011	5%
2º ao 25º	230.570	56%	204.568	47%
26º ao 50º	54.505	13%	84.281	20%
Outros fornecedores	<u>80.049</u>	<u>19%</u>	<u>122.793</u>	<u>28%</u>
Total	<u>413.140</u>	<u>100%</u>	<u>431.653</u>	<u>100%</u>

15 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa 26 – Instrumentos financeiros.

a. Composição da conta

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros nominal	2012	2011
-------	------	-------	-----------------------	------	------

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
 Relatório de revisão dos auditores independentes
 sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
 Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros nominal	2012	2011
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,82% a 2,5% a.a.	43.670	170.728
Banco do Brasil	Capital de giro	-	4,7% a 8,7% a.a.	3.954	1.947
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a.a.	938	1.238
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a.a.	1.183	1.419
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	10% a.a.	9.608	11.306
HSBC	Capital de giro	-	13,35% a.a.	3.253	6.595
Safra	Capital de giro	-	16,35% a.a.	26	288
Santander Real	Capital de giro – swap	Taxa fixa/CDI	2,4% a.a.	2.693	10.406
Santander Real	Comprar	CDI	1,68% a 1,98% a.a.	13.024	779
Santander Real	Capital de giro	CDI	2,4% a.a.	5.979	8.407
Itaú	Capital de giro – swap	USD/CDI	2,2% a 2,3% a.a.	42.976	27.274
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 3,66% a.a.	91.437	31.139
Itaú	Garantida	CDI		4.885	4.897

Total de financiamentos e empréstimos	223.626	283.179
--	----------------	----------------

Circulante	<u>69.068</u>	<u>155.499</u>
------------	---------------	----------------

Não circulante	<u>154.558</u>	<u>127.680</u>
----------------	----------------	----------------

A Companhia não possui linhas de crédito obtidas e não utilizadas. Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

Com o recursos provenientes da emissão de debêntures pela Companhia(Ver Nota Explicativa 16), foram liquidados as operações com o Banco do Brasil Nos. 160400996, 160401401, 160400989, 160401249 e 160401032 respectivamente nos montantes de R\$ 95.527, R\$ 19.030, R\$ 5.337, R\$ 7.336 e R\$ 6.341.

b. Por moeda

	2012	2011
Em moeda nacional – (R\$)	180.651	252.168
Em moeda estrangeira, dólar – (R\$)	<u>42.975</u>	<u>31.011</u>
Total	<u>223.626</u>	<u>283.179</u>

c. Cronograma de desembolso

	2012	2011
Vencimentos		
2012	30.289	155.499
2013 (6 meses)	39.670	-
2013 (6 meses)	37.256	81.071
2014	95.002	44.653
2015	20.538	1.530
Acima de 2015	<u>871</u>	<u>426</u>
Total	<u>223.626</u>	<u>283.179</u>

d. Avais e garantias

Em garantia ao financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato n°. 16.2008.12524.2938, foram oferecidos os imóveis a seguir mencionados de propriedade de sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., Esse contrato

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

contempla uma cláusula de obrigatoriedade de constituição de um Fundo de liquidez, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato, que se encerra em 2 de abril de 2015. Em 30 de junho de 2012, o saldo do Fundo de liquidez perfaz o montante de R\$ 1.717 registrado no grupo de Outros investimentos, no ativo circulante, conforme Nota Explicativa 6.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos imóveis em 30 de junho de 2012:

Proprietário	Bens em garantia	Número de matrícula	Data de matrícula	Valor
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, 1620	3.977	28/08/2008	238
Renda Participações S.A.	Rua Senador Pompeu, 1520	49.593	23/08/1990	3.308
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Cordeiro, 300	4.927	18/10/2007	14.622
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, s/n	29.572	18/09/2008	780
Dupar Participações S.A.	Rua Juvêncio Barroso, s/n	462	25/01/2008	878
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, s/n	11.617	25/01/2008	3.017
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1501	36.686	12/06/1986	119
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1485	38.239	06/10/1986	186
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, 1020	72.206	17/09/2008	2.764
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1505	1.636	05/06/1986	112
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Sá, 6200	64.997	11/02/2000	<u>1.480</u>
Total de imóveis				<u>27.504</u>

A Companhia não possui os imóveis relacionados acima sob sua propriedade (vide Notas Explicativas 11 e 12). Conforme contrato de compra e venda com sua parte relacionada Dupar Participações S.A., quando da transferência da propriedade dos bens para sua parte relacionada, esta passou a ser a fiadora desta garantia para a Pague Menos, sem a cobrança de valores.

Para os financiamentos FINAME e FINAME Empresarial PSI do Banco do Brasil S.A., foram garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e fianças dos Srs. Deusmar Queirós e Josué Ubirnilson e cônjuges.

Para os empréstimos do Banco do Brasil S.A. referente à operação 160400996 foram oferecidas garantias de Cessão de Direitos Creditórios – Faturas VISANET e fianças dos acionistas (Deusmar Queirós, Josué Ubirnilson e respectivos cônjuges).

e. Cláusulas restritivas

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de *covenants* operacionais, em alguns contratos de dívida. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

16 Debêntures

Em 14 de maio de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia aprovou a 1ª emissão de Debêntures simples no montante de R\$ 260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e serão destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro.

a. Composição da conta

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Principal e encargos	2.325	258.512	-	-

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

b. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	≡	≡	≡
Ingressos	-	260.000	260.000
Custo de captação	(520)	(1.488)	(2.008)
Realização do Custo de captação	59	-	59
Encargos	2.786	-	2.786
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>2.325</u>	<u>258.512</u>	<u>260.837</u>

c. Características da 1ª emissão de Debêntures

Número da emissão:	1a emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/05/2012
Data de vencimento:	18/05/2016
Quantidade:	26 mil debentures
	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores
Agente Fiduciário:	Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 260.000
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominative
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,19% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carencia.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015, 18 de maio de 2016 e 18 de novembro de 2016.
Amortização programada da remuneração:	18 de maio de 2013, 18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.

d. Garantias**Garantia real**

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Debênture.

Garantia fidejussória

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

e. Cláusulas restritivas

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debentures.

17 Arrendamentos mercantis

a. Operacionais

Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	Valores
2012	31.909
2013	56.179
2014	45.339
2015	33.057
2016	21.730
Após 2016	<u>32.538</u>
	<u>220.752</u>
Terceiros	175.114
Partes relacionadas	<u>45.638</u>
Total	220.752

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía 631 contratos de arrendamento operacional, os quais se referem aos aluguéis de lojas, contratados junto a terceiros (421 contratos), incluindo os terrenos arrendados junto às suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. (195 contratos) e Renda Participações S.A. (15 contratos), sendo que estes contratos referem-se à 389 lojas alugadas de terceiros, 195 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 9 lojas alugadas da Renda Participações S.A.

Esses arrendamentos têm prazo de duração de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato, com exceção para a parte relacionada, Dupar Participações S.A., para a qual foi considerado o valor fixo dos imóveis de R\$ 5 (ver explicação do cálculo de aluguéis na Nota Explicativa 11).

Para os contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia.

Em 30 de junho de 2011 foram vendidos 130 terrenos em uso, conforme contrato de compra e venda de imóveis entre a Companhia e sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., sobre os quais a Companhia detém 129 lojas de sua propriedade submetidas a contratos de aluguel junto à arrendadora, Dupar Participações S.A., cujos pagamentos têm

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

vigência a partir de 1º de outubro de 2011, após o período de carência de três meses previsto em cláusula de contrato de aluguel entre as partes. A projeção acima demonstrada contempla os montantes destes aluguéis.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa no resultado no primeiro semestre de 2012 o montante de R\$ 36.582, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 20.398 em 2011).

Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 1.586 foi reconhecido como despesa de manutenção no primeiro semestre de 2012, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 3.024 em 2011).

b. Financeiros

A Companhia possui ativos no montante de R\$ 1.356, composto de veículos e computadores obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após esse período. O saldo de arrendamento financeiro em 30 de junho de 2012 é de R\$ 31, registrado no passivo circulante (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2011).

18 Impostos e contribuições a recolher

	2012	2011
ICMS	27.942	26.399
IRPJ - Imposto de renda	912	2.551
CSLL - Contribuição social	552	918
Retenções de PIS e COFINS	82	69
IRRF	802	1.124
ISS	199	58
INSS	7.193	5.916
FGTS	1.611	1.894
Contribuição sindical - Empregados	47	58
Outros impostos contribuições a recolher	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>39.341</u>	<u>38.987</u>

A Companhia atua em diversos Estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada Estado em que opera.

19 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

No semestre findo em 30 de junho de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a. Composição da conta

	2012	2011
Administrativas	10	71
Cíveis	895	507
Trabalhistas	3.230	3.629
Tributárias	<u>400</u>	<u>445</u>
	<u>4.535</u>	<u>4.652</u>

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados principalmente por causas cujos valores individuais são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 6.549 e R\$ 6.224, respectivamente.

b. Movimentação dos processos no exercício/período

2011	Saldo inicial 01/01/11	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/11
Administrativas	71	-	-	-	71
Cíveis	690	535	(718)	-	507
Trabalhistas	4.321	2.757	(3.204)	(245)	3.629
Tributárias	<u>85</u>	<u>360</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>445</u>
	<u>5.167</u>	<u>3.652</u>	<u>(3.922)</u>	<u>(245)</u>	<u>4.652</u>
2012	Saldo inicial 31/12/11	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 30/06/12
Administrativas	71	52	(113)	-	10
Cíveis	507	518	(130)	-	895
Trabalhistas	3.629	1.102	(1.166)	(335)	3.230
Tributárias	<u>445</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>	<u>400</u>
	<u>4.652</u>	<u>1.672</u>	<u>(1.454)</u>	<u>(335)</u>	<u>4.535</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 4 de janeiro de 2007, era de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 1º de março de 2011, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Em 21 de junho de 2011, foi aprovada por unanimidade a proposta da Diretoria para aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 90.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 18 de junho de 2012, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de 2 (duas) para 1 (uma). Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 2 (ações) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 1 (uma) nova ação para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social, passando o capital da Companhia ser representado por 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda em 18 de junho de 2012, na mesma reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovada por unanimidade o aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 80.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 300.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 220.000 (em 31 de dezembro de 2011, representado por 150.000 mil ações, perfazendo um montante total de R\$ 140.000).

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Do resultado do exercício de 2010, o montante de R\$ 3.649 foi destinado para a constituição da reserva legal, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011.

Para o exercício de 2011, o montante de R\$ 5.455 foi destinado para a constituição da reserva legal. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo de reserva legal é de R\$ 10.633.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa 22 - Subvenção governamental.

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2010, o montante de R\$ 90.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011.

A reserva de incentivo fiscal vem sendo constituída a partir de 2009, visto que, no exercício de 2008, ocorreu um prejuízo. Em 2008, 2009, 2010 e 2011, foram apurados os montantes de R\$ 32.672, R\$ 39.255, R\$ 43.888 e R\$ 54.744. Do saldo acumulado em 2009, foram destinados apenas R\$ 25.993 do saldo remanescente dos Lucros/Prejuízos. No exercício de 2010, foram destinados para a reserva de incentivo fiscal o valor de R\$ 43.888 referente ao exercício corrente e ainda R\$ 20.744 correspondentes ao saldo remanescente dos exercícios anteriores.

E por fim, em 2011, foram destinados R\$ 79.934, sendo que R\$ 54.744 apurados no ano corrente e R\$ 25.190 de saldos remanescentes dos exercícios anteriores. Desta forma, o saldo de reserva de incentivos fiscais foi completamente destinado.

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2011, o montante de R\$ 80.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de junho de 2012.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de Lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

O montante de realização no período de 2012 foi de R\$ 44 (R\$ 672 em 2011).

d. Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

Os dividendos referentes aos exercícios de 2011 e 2010 foram pagos em forma de Juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2011, foi de R\$ 8.748 (R\$ 4.726 em 2010).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

Conforme proposta da Diretoria, os acionistas deliberaram, por unanimidade, pela não distribuição de dividendos no montante mínimo definido no nosso estatuto social no momento de encerramento das informações contábeis intermediárias dos exercícios de 2010, 2009 e 2008. O dividendo foi limitado à forma de Juros sobre Capital Próprio pelo fato dos acionistas priorizarem reinvestir os valores na Companhia e possibilitar que a mesma tenha recursos para auxiliar o seu expressivo plano de expansão. Aliado a isto, os acionistas tencionaram buscar a melhora do índice de endividamento e formação de colchão de liquidez para possíveis momentos econômicos adversos.

Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) no exercício corrente de 2011. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	2011
Lucro líquido do exercício	109.091
(-) Reserva legal	(5.455)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(79.934)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	23.702
Dividendos mínimos obrigatórios	25%
Dividendo anual mínimo	5.925
Juros sobre capital próprio calculado em 2011	8.748

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, o qual foi distribuído sob forma de Juros sobre capital próprio, declarada pela Administração após o exercício a que se referem as informações contábeis intermediárias, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas informações contábeis intermediárias, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares ser divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 15.671 excedente ao Juros sobre capital próprio foi registrado no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”.

Não houve dividendos distribuídos antecipadamente para o período de 2012.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

21 Lucro líquido por ação

Conforme Nota Explicativa 20 - Patrimônio líquido, em 18 de junho de 2012 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 2 cada (de 150.000.000 para 300.000.000 de ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 - Resultados por ação (IAS 33), o cálculo do resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os exercícios apresentados retrospectivamente, mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas informações contábeis intermediárias. Portanto, o lucro por ação referente ao exercício comparativo foi apresentado em adequação a essa situação.

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia no período findo em 30 de junho de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o período findo em 30 de junho de 2011, conforme o quadro abaixo:

Média ponderada de ações (em milhares de ações)

	2012	Período (meses)
Saldo em 1º de janeiro de 2012	150.000	5
Desdobramento de ações em junho 2012	300.000	1
Média ponderada das ações em 30 de junho de 2012	225.000	6
	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas	57.787	47.080
Quantidade média ponderada de ações durante o período (lote de mil)	225.000	150.000
Resultado por ação básico e diluído- R\$	0,26	0,31

22 Subvenção governamental

A Companhia possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado. O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias vendidas em outros Estados e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem cumprido as exigências básicas voltadas ao Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são aumento do volume de arrecadação do ICMS, incremento da geração de emprego e a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem basicamente da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 7 anos e sua última prorrogação foi em 16 de março de 2012, com vigência até 31 de maio de 2013.

A Companhia apurou o montante de R\$ 28.832 de subvenções governamentais no período findo em 30 de junho de 2012 (R\$ 25.624 no período findo em 30 de junho de 2011).

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

23 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2012	2011
Receita operacional bruta	<u>1.610.547</u>	<u>1.345.756</u>
Venda de mercadoria	1.603.978	1.339.414
Serviços prestados	6.569	6.342
Deduções	<u>(54.745)</u>	<u>(41.024)</u>
Impostos sobre vendas	(42.363)	(30.503)
Devoluções e abatimentos	<u>(12.382)</u>	(10.521)
Receita operacional líquida	<u>1.555.802</u>	<u>1.304.732</u>

24 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	2012	2011
Despesas com vendas		
Veiculação, publicidade e produção	(11.078)	(11.277)
Patrocínio, shows e pesquisas	(2.105)	(864)
Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	<u>(16.345)</u>	<u>(12.690)</u>
Subtotal	<u>(29.528)</u>	<u>(24.831)</u>
Despesas administrativas e gerais		
Despesas com pessoal	(188.295)	(138.373)
Despesas com ocupação	(53.197)	(34.595)
Despesas com utilidades e serviços	(18.910)	(12.875)
Impostos, taxas e contribuições	(4.889)	(2.889)
Despesas gerais	<u>(35.454)</u>	<u>(19.824)</u>
Subtotal	<u>(300.745)</u>	<u>(208.556)</u>
Total	<u>(330.273)</u>	<u>(233.387)</u>

Até 31 de dezembro de 2011, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos no total de R\$ 2.132, relacionados à oferta pública de ações, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Pelo contexto da Companhia, que se encontra em processo de abertura de capital, este saldo não possui comparabilidade com o exercício anterior. Não houve capitalização no primeiro trimestre de 2012. No segundo trimestre de 2012 foi capitalizado R\$ 458.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

25 Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

	2012	2011
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.035	279
Receitas com operações de <i>swap</i>	4.980	795
Variação cambial	3.011	3.054
Juros sobre capital próprio	8	7
Outros juros	<u>52</u>	<u>387</u>
Total de receita financeira	<u>9.086</u>	<u>4.522</u>
Despesas financeiras		
Juros	(19.168)	(13.712)
Despesas com operações de <i>swap</i>	(1.938)	(5.854)
Juros de parcelamentos de impostos	-	(178)
Outros juros	(89)	(778)
Comissões e despesas bancárias	(659)	(178)
IOF	(2.280)	(819)
Ajustes a valores presentes	(18.460)	(20.765)
Variação cambial	(7.780)	-
Descontos concedidos	<u>(967)</u>	<u>(52)</u>
Total de despesa financeira	<u>(51.341)</u>	<u>(42.337)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(42.255)</u>	<u>(37.815)</u>

Os valores de R\$ 18.587 e R\$ 12.263 em 30 de junho de 2012 e 2011, respectivamente, são apresentados na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e referem-se à juros de Empréstimos e financiamentos, estes saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos. Também fazem parte da carteira de instrumentos financeiros as operações com derivativos.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de Mercado;
- Risco operacional;

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (cláusulas restritivas).

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

A Administração entende que a Pague Menos possui risco baixo de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui nenhum cliente que exceda o limite de 10% de suas receitas e as suas vendas são efetuadas à vista, portanto, sem risco, bem como sua política de investimento em outras Companhias representa uma parcela insignificante.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras dos cartões de crédito, este é controlado diariamente através de um processo rigoroso de conferências entre o faturamento e o recebimento. A rede de farmácias Pague Menos atualmente trabalha com administradoras de cartões de primeira linha, logo, entende que o seu risco é baixo, além de que estas assumem total responsabilidade pelo repasse dos créditos.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações, portanto, considera o risco de crédito insignificante.

- **Contas a receber de clientes**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das Informações contábeis intermediárias foi:

	2012	2011
Contas a receber de clientes	<u>167.653</u>	<u>151.420</u>
	<u>167.653</u>	<u>151.420</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 por tipo de contraparte foi:

	2012	2011
Cartões de crédito	154.917	139.732

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Convênios	11.734	8.697
Comissões	1.002	3.095
Perdas por redução no valor recuperável	<u>-</u>	<u>(104)</u>
	<u>167.653</u>	<u>151.420</u>

Perdas por redução no valor recuperável

	2012	2011
A vencer		
1 a 30 dias	99.018	79.609
31 a 60 dias	26.447	30.827
61 a 90 dias	20.816	20.339
Acima de 90 dias	<u>8.636</u>	<u>8.957</u>
Total	<u>154.917</u>	<u>139.732</u>

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. Com exceção do fato pontual explicado na Nota Explicativa 7, a Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável adicional. O valor de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerado como perda no período.

- Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 97.694 em 30 de junho de 2012 (R\$ 19.309 em 31 de dezembro de 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a instituições financeiras, os quais possuem *ratings* abaixo listados:

Instituição financeira**Ratings pela agência Fitch**

Banco do Nordeste do Brasil S.A.	–BBB
Itaú Unibanco Holding S.A.	–BBB+
Banco Bradesco S.A.	–BBB+
Banco Santander Brasil S.A.	–BBB
Banco do Brasil S.A.	– BBB
Banco Safra S.A.	– BBB-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Pague Menos na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Pague Menos faz um acompanhamento minucioso do nosso fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite não só o cumprimento das obrigações financeiras, bem como a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, rentabilizando assim nossas sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das informações contábeis intermediárias, estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Em 30 de junho de 2012	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	97.694	97.694	-	-	-
Contas a receber de clientes	167.653	167.653	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 14)	416.246	416.246	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	223.626	66.743	135.327	21.416	140
Debêntures (Nota 16)	260.837	2.325	128.093	130.419	-

Em 31 de dezembro de 2011	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	19.309	19.309	-	-	-
Contas a receber de clientes	151.420	151.420	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 15)	431.653	431.653	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	283.179	155.612	80.958	46.183	426

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Pague Menos, o risco de mercado que se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros e de câmbio, já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. Os empréstimos e financiamentos atrelados a taxas de juros variáveis e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidades.

- Risco cambial**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano (USD), que encerrou o período em 30 de junho de 2012 com a variação negativa de 7,76% em relação à última cotação do exercício de 2011.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração contrata instrumentos financeiros derivativos, suscetíveis também à variação cambial. A Administração contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira (a)	-	-
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(21.261)</u>	<u>(16.532)</u>
Déficit apurado (a-b)	<u>(21.261)</u>	<u>(16.532)</u>

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº. 475, de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados a partir da posição de 30 de junho de 2012, que utiliza o dólar PTAX médio de R\$ 2,0213. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar futuro de R\$ 1,9, em 30 de junho de 2012 para jan/13; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento de 25% na cotação do dólar futuro, passando para R\$ 2,3750; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar futuro é elevada em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$ 2,8500.

Análise de sensibilidade

Em 30 de junho de 2012:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor de US\$ 21.261, em 30 de junho de 2012, conforme os cenários demonstrados acima.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
		Câmbio	Câmbio	Câmbio
	US\$ 21.261	de 1,9	de 2,3750	de 2,8500
Despesa financeira	Alta do US\$	(2.579)	(10.099)	(20.198)

Em 30 de junho de 2011:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor de US\$ 23.266, em 30 de junho de 2011, conforme os cenários demonstrados acima.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
		Câmbio	Câmbio	Câmbio
	US\$ 23.266	de 1,5611	de 1,9514	de 2,3417
Despesa financeira	Alta do US\$	-	(9.081)	(18.161)

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de junho de 2012 (saldo contábil tendo por base o CDI de 4,59% a.s.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção para jan/13 do CDI considerando o período de 30 de junho de 2012, de acordo com a curva de juros da BM&F (7,63% a.a. para o CDI) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de junho de 2012:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(159.765)	(4.828)	(7.858)	(10.888)
Financiamentos e empréstimos (com swap)	Alta do CDI	(45.668)	(1.388)	(2.259)	(3.131)
Debênture	Alta do CDI	(260.837)	(7.929)	(12.905)	(17.880)

A seguir, demonstramos, comparativamente, os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2011:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	216.961	(3.452)	(1.963)	(7.378)
Financiamentos e empréstimos (com swap)	Alta do CDI	44.723	(716)	(407)	(1.530)

Pelas análises efetuadas, a Companhia apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II.

A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida em TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 938 em 30 de junho de 2012. A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Pague Menos é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- Padrões éticos e comerciais.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

O cumprimento das normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade do Departamento de Qualidade.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão identificados a seguir:

Descrição	2012		2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	97.694	97.694	19.309	19.309
Arrecadação de recursos de terceiros	11.616	11.616	9.602	9.602
Contas a receber de clientes	167.653	167.653	151.566	151.566
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	(273.451)	(273.451)	(365.146)	(365.146)
Financiamentos e empréstimos	(223.626)	(218.837)	(283.179)	(284.770)
Debêntures	(260.837)	(256.984)	-	-
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(3.041)	(3.041)	(2.790)	(2.790)

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

Arrecadação de recursos de terceiros

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

Contas a receber de clientes

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Financiamentos e empréstimos

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas Informações contábeis intermediárias em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2012 e 2018, apurados na data de apresentação das Informações contábeis intermediárias.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 30 de junho de 2012:

Descrição	2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.041)	-

Em 30 de junho de 2011:

Descrição	2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	(4.791)	-

O valor justo dos instrumentos financeiros foi obtido por meio de projeções dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente, por moedas e índices de mercado cotados em bolsas de valores.

Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o período findo em 30 de junho de 2012, foram reconhecidos no resultado do período e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data das informações contábeis intermediárias (vide Nota Explicativa 25). A análise de sensibilidade desses instrumentos está apresentada a seguir nesta Nota Explicativa.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide Nota Explicativa 15) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa 25).

Swap 1

Tinha por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebia juros de 3,76% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e pagava 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há saldo de referência destes *swaps* em 30 de junho de 2012 (em 31 de dezembro de 2011, é de US\$ 2.500). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados no resultado do período. Em 30 de junho de 2012, o efeito negativo no resultado foi de R\$ 345.

Swap 2

Têm por objetivo proteger seu endividamento contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nominal em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência destes *swaps*, em 30 de junho de 2012 é de R\$ 464 e R\$ 2.368 (em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.248 e R\$ 7.105), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Em 30 de junho de 2012, o efeito positivo no resultado foi de R\$ 23.

Operações em aberto Swap 2

Em 30 de junho de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência	Valorização 2012 R\$		Valor Justo
		R\$ 30/06/2012	Posição ativa	Posição passiva	
17/07/2012	Santander	464	466	466	-
10/09/2012	Santander	2.368	2.383	2.382	<u>1</u>
Total					<u>1</u>

Swap 3

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 4,15% a.a., 4,15% a.a. e 4,84% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 2,30% a.a., 2,20% a.a. e 2,20% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os valores de referência destes *swaps*, em 30 de junho de 2012 são de US\$ 7.984, US\$ 4.003 e US\$ 11.331 (31 de dezembro de 2011 são de US\$ 5.005 e US\$ 9.980), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Em 30 de junho de 2012, o efeito negativo no resultado foi de R\$ 3.365.

Operações em aberto Swap 3

Em 30 de junho de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência em 30/06/2012		Valorização em 30/06/2012		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição ativa	Posição passiva	
				Em R\$	Em R\$	Em R\$
07/02/2014	Itaú BBA S.A	7.984	13.333	16.406	13.922	2.484
24/03/2014	Itaú BBA S.A	4.003	6.666	8.187	6.862	1.325

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

		<u>Valor de referência em 30/06/2012</u>		<u>Valorização em 30/06/2012</u>		
20/01/2015	Itaú BBA S.A	11.331	20.000	23.403	20.996	<u>2.407</u>
Total						<u>6.216</u>

27 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das Informações contábeis intermediárias. Consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 19.370, respectivamente, para danos materiais. As apólices são formadas apenas por coberturas de danos materiais nos veículos e na aeronave da Companhia.

28 Eventos subsequentes

Em 23, 24 e 27 de julho de 2012, a Companhia contratou empréstimos junto ao Banco Santander Brasil S.A. no montante de R\$ 4.998, junto ao Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$ 30.000 e novamente junto ao Banco Santander Brasil S.A. no montante de R\$ 25.000.

Tais empréstimos possuem carência entre nove e quinze meses com vencimento entre 25 de agosto de 2014 e 30 de junho de 2015.

A contratação destes três empréstimos faz parte da gestão do fluxo de caixa da Companhia para suportar o seu plano de expansão no exercício de 2012. Os encargos financeiros variam entre CDI + 1,65%a.a. e CDI + 1,75% a.a.

Notas Explicativas

Empreendimentos Pague Menos S.A.
*Relatório de revisão dos auditores independentes
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 30 de junho de 2012*

Francisco Deusmar de Queirós
Presidente

Josué Ubiraniilson Alves
Diretor Vice-presidente

Armando Lima Caminha Filho
Diretor financeiro

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de expansão e novos negócios

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor de Planejamento e Relações com investidores

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor de sistemas e logística

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador CRC CE 8408

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Empreendimentos Pague Menos S.A.

Fortaleza - CE

Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informação intermediária do valor adicionado

5. Revisamos, também, a informação intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de agosto de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 S-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Fortaleza, 10 de agosto de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de revisão dos auditores independentes, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Fortaleza, 10 de agosto de 2012.